

## ANEXO 2

### SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A sequência didática da atividade abrangeu seis etapas principais, como relataremos a seguir:

#### *1ª etapa: Disponibilização de materiais para estudo prévio*

Por meio da ferramenta eletrônica Portal Acadêmico, foram disponibilizados previamente aos alunos um roteiro da aula, indicações de leitura obrigatória e complementar e um documentário ("Somos todos Pinheirinho") sobre o despecho da reintegração de posse registrada em uma área ocupada por famílias sem-teto.

#### *2ª etapa: Apresentação e discussão da situação-problema*

Na aula, iniciou-se a primeira sessão tutorial do PBL (**figura 1**). Foram apresentados aos alunos os principais incidentes envolvidos na situação-problema, que narrava a ocupação de moradias populares por famílias sem-teto e o pedido de reintegração de posse por parte das empresas proprietárias dos imóveis ao Judiciário.

FIGURA 1: Discussão do problema pelas equipes



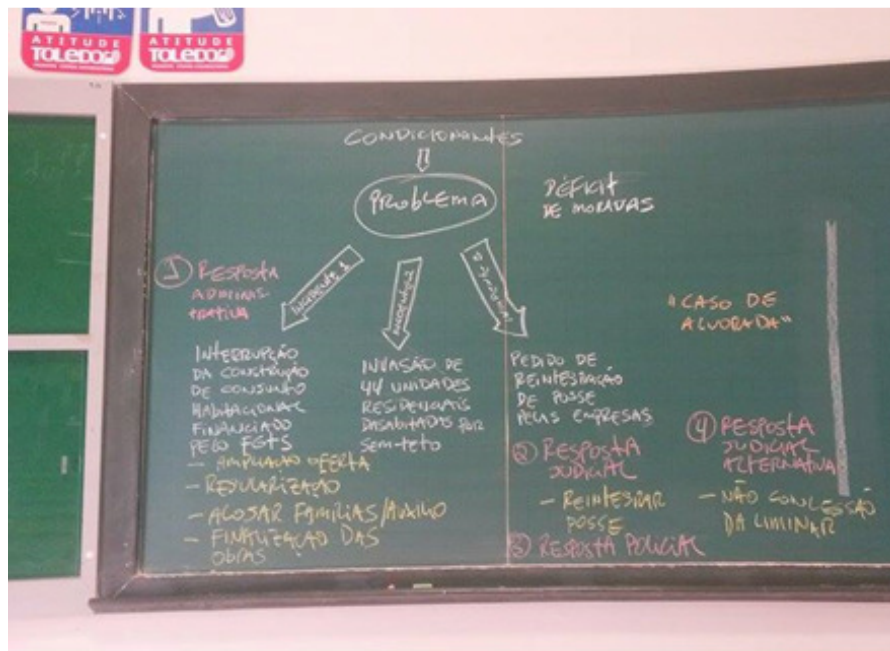
Na sequência, foi solicitado que cada grupo discutisse os elementos do problema, estabelecendo hipóteses de solução. O objetivo era que cada equipe apresentasse ao final da sessão, uma solução, jurídica ou extra-jurídica, para o caso concreto.

#### *3ª etapa: Brainstorming*

Finalizada a discussão nas equipes (1 tempo de 50 minutos), os grupos passaram a relatar as hipóteses de solução. O professor registrou no quadro (**figura 2**) as vias de solução propostas pelos estudantes, que se traduziram em três principais vertentes: a)

concessão da reintegração de posse (posição majoritária nos grupos, o que reflete as fortes tonalidades ideológicas envolvidas nesta modalidade de conflito e um reinante positivismo jurídico impregnado no senso comum); b) Desapropriação dos imóveis pelo Poder Executivo e/ou medidas de Assistência, como concessão de abrigo provisório para as famílias; c) Não concessão da liminar de reintegração de posse (hipótese apresentada por apenas um grupo), contrariando o direito hegemônico.

FIGURA 2: Registro do brainstorming



Note-se que o tema da aula e o conteúdo programático da disciplina versavam especificamente sobre esta modalidade de solução alternativa, o que permitiu, o confronto das posições prévias dos alunos com outro paradigma jurídico.

#### 4ª etapa: Sistematização dos conceitos

Na aula seguinte, foram sistematizados, por meio de exposição dialogada, os principais conceitos do conteúdo programático. Notou-se maior envolvimento dos alunos na discussão, haja vista terem protagonizado um aprendizado mais ativo do tema, por meio de estudo prévio e discussão de PBL.

#### 5ª etapa: Proposição de novo problema (avaliação)

A fase seguinte do PBL envolveu a resolução de um problema de forma individual pelos alunos. A atividade foi orientada para consolidar o aprendizado, bem como avaliar a aprendizagem. Para tanto, o problema foi proposto como forma de avaliação, com valor de 3,0. Nesta nova aplicação da problematização, os estudantes receberam uma situação-problema (**figura 3**) consistente na discussão da concessão ou não de liminar de reintegração de posse em face da ocupação de uma faixa contígua a uma rodovia por famílias sem-terra.

FIGURA 3: Situação-problema proposta como avaliação

"VISTOS etc.

Várias famílias (aproximadamente 300 - fls. 10) invadiram uma faixa de domínio ao lado da Rodovia BR 116, na altura do km 405,3, lá construindo barracos de plástico preto, alguns de adobe, e agora o DNER quer expulsá-los do local. "Os réus são indigentes", reconhece a autarquia, que pede reintegração liminar na posse do imóvel.

E aqui estou eu, com o destino de centenas de miseráveis nas mãos."

Assim inicia sua sentença o Juiz Federal da 8ª Vara de Belo Horizonte, Antônio Francisco Pereira, relatando um relevante problema: julgar o destino de 300 famílias sem-terra invasoras de uma área do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

ASSUMINDO O PAPEL hipotético de juiz, decida o caso, fundamentando-se no uso alternativo do Direito. A resposta deverá ter, aproximadamente, entre 20/25 linhas, e evidenciar argumentos de caráter alternativista, diferenciando-a da aplicação da legislação oficial.

Solicitou-se que os alunos se investissem do papel de magistrados (conjugando aqui as metodologias PBL e role play) e decidissem o caso mediante interpretação alternativista. Após a aplicação da avaliação, foi disponibilizado por meio eletrônico aos alunos (Portal Acadêmico e página na rede social Facebook) o inteiro teor da decisão real. Os estudantes, então, tiveram a oportunidade de analisar a argumentação do magistrado e compará-la com as das decisões nas quais estavam investidos do papel hipotético de juiz. Ao comparar exemplos de provas dos estudantes (figura 4) com a argumentação adotada pelo juiz, foi bastante gratificante notar não apenas a capacidade que os alunos demonstraram em serem protagonistas na tomada de decisão diante de um caso do mundo real e de manejarem consistentemente conceitos alternativistas do Direito, mas a similaridade de posicionamentos, refletindo posicionamento crítico diante da realidade social.

FIGURA 4: Exemplos de avaliações dos alunos

The image shows two pages of handwritten student evaluations. The left page is titled '70 sete' and the right page is titled '50 cinco'. Both pages contain handwritten text in Portuguese, discussing the legal situation and providing arguments. The right page includes a numbered list of points.

**Left Page (70 sete):**

Diante dos fatos apresentados e da petição do DNER para a reintegração da posse em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, regei a decisão por meio do direito que cabe julgar.

A situação dos 300 famílias que habitam a faixa de domínio por si só demonstra a falta de planejamento urbanístico e a falta de fiscalização das autoridades competentes que não se dá em favor da população.

É o direito que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, isso quer dizer que a lei deve ser aplicada a todos igualmente, não se pode fazer exceção de tratamento para pessoas físicas ou jurídicas, pois a Constituição Federal garante a todos o direito de propriedade, que é o direito de usar e gozar de uma coisa, sem a interferência do poder público, e que, portanto, deve ser protegido.

Em síntese, como caso a julgar não pode ser considerado por que a lei não foi aplicada de forma correta pelo DNER.

Conforme a lei, regei a decisão. Assim, assim, assim

**Right Page (50 cinco):**

1. É aqui que eu, com o destino de centenas de miseráveis nas mãos, devo levar em conta que a área ocupada pelas "indígenas" é de domínio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, mas também está localizada que os réus estão e desde que não têm direito de posse, então, pelo direito de propriedade, que aqueles que ali se instalaram, e ficaram porque não tinham mais o que fazer, não possuem condições de serem considerados como pessoas físicas que não têm o direito de propriedade, e portanto, não têm o direito de propriedade, e portanto, não têm o direito de propriedade.

2. Não tenho a intenção de dizer que o DNER deve assegurar e proteger os direitos fundamentais de todos os indivíduos, sendo assim, o DNER não pode ser responsabilizado pelo problema patrimonial, que está sendo verificado a causa a qualquer coisa.

3. Então, quem deveria zelar pelo direito desses indivíduos, não é o DNER, mas sim o poder público, que deve assegurar o direito de propriedade, e portanto, não deve ser responsabilizado pelo problema patrimonial, que está sendo verificado a causa a qualquer coisa.

4. Então, quem deveria zelar pelo direito desses indivíduos, não é o DNER, mas sim o poder público, que deve assegurar o direito de propriedade, e portanto, não deve ser responsabilizado pelo problema patrimonial, que está sendo verificado a causa a qualquer coisa.

5. Então, quem deveria zelar pelo direito desses indivíduos, não é o DNER, mas sim o poder público, que deve assegurar o direito de propriedade, e portanto, não deve ser responsabilizado pelo problema patrimonial, que está sendo verificado a causa a qualquer coisa.

#### ***6ª etapa: Aferição da percepção dos estudantes sobre a metodologia***

Após a concretização da sequência didática, buscou-se sondar a percepção dos estudantes sobre o aprendizado mediante a aplicação de metodologias ativas na disciplina. A hipótese sondada era de que as metodologias ativas, como o PBL e discussão de casos, favoreceriam não apenas a aquisição de conteúdos, mas também de competências e habilidades. A percepção de que as metodologias ativas estimulam o desenvolvimento de pensamento crítico (79% “excelente” e 18% “bom”) e outras habilidades, como a comunicação (73% “excelente” e 23% “bom”) também foi altamente evidenciada nas respostas. Quanto às habilidades de trabalho em equipe, os resultados foram positivos (85%, somando-se os estratos “excelente” e “bom”), no entanto, apresentaram o maior percentual de respostas “indiferente” (10%), “regular” (3%) e “fraco” (3%). Vemos, assim, a possibilidade de estimular mais a aquisição de habilidades de trabalho em equipe adotando outras metodologias ativas, como Team-based Learning. Destaca-se, no entanto, que métodos tradicionais, como aula expositiva, tem potencial bastante baixo para a aquisição deste tipo de habilidades, o que já nos aponta um resultado positivo com a experiência.